

---

## RECENSÕES

---



## RECENSÃO LITERÁRIA



*Manuel Alexandre Garrinhas Carriço* \*  
Major de Infantaria

Stephen Biddle; (2004); *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*; Princeton, Princeton University Press. Kenneth M. Pollack; (2002); *Arabs at War: Military Effectiveness, 1948-1991*; Lincoln, University of Nebraska Press. Alexander L. George; (1967); *The Chinese Communist Army in Action: The Korean War and its Aftermath*; New York, Columbia University Press.

À primeira vista poderá o leitor questionar-se sobre a utilidade de uma recensão literária sobre três obras que abordam o emprego do poder militar sob diferentes perspectivas, para mais com um grande desfazamento no tempo (em termos de publicação). No entanto, a virtude está exactamente na diversidade da abordagem efectuada pelos autores à condução de operações por parte de dois exércitos ocidentais (norte-americano e inglês), de alguns exércitos árabes e do exército chinês, independentemente da menor solidez dos argumentos e instrumentos utilizados na validação da tese apresentada por Kenneth Pollack.

A guerra é, como referiu Clausewitz, “a continuação da política por outros meios” (1997, p. 46). São as políticas dos Estados e as inerentes decisões políticas dos seus governantes que determinam o quando, o como e o término das guerras. Esta tríade de factores tem estabelecido novas direcções de análise e estudo por parte da ciência política, especialmente ao nível do término de conflitos e não apenas relativamente às causas das guerras que centraram entre as décadas de sessenta e noventa o esforço de investigação de muitos académicos.

Estudos mais recentes têm avançado com a noção (salvo algumas excepções) de que as democracias tendem a vencer as guerras nas quais se

---

\* Docente na Academia Militar das disciplinas de Relações Internacionais e História Militar II.

vêm envolvidas, mesmo que sejam elas as atacantes<sup>1</sup>. O racional argumentativo alicerça-se na noção que as democracias tendem a conseguir escolher as guerras em que se vêm envolvidas, onde o critério de uma maior probabilidade de vitória destas é determinante. É possível que tal seja verdadeiro, mas Stephen Biddle (2004) na sua recente obra avança com novas soluções para a questão central sobre porque é que os Estados vencem as guerras que travam. Note-se que já anteriormente o autor havia publicado alguns *case studies* (os quais alertavam – contra a maioria dos “tecnó-adoradores” – para a não sublimação excessiva da tecnologia como factor determinante no resultado de uma guerra) que deixavam antever a tipologia do estudo que estava a desenvolver<sup>2</sup>.

Neste inovador estudo, Biddle sugere e apoia-se em dados empíricos para introduzir a hipótese de que os Estados vencem as guerras que travam devido à variável relativa ao moderno sistema táctico de combate. A eficácia militar não é explicada em termos de capacidades que um Estado possui ou da respectiva tecnologia (a qual, na sua análise, contribui tanto para a estimativa do desempenho militar como “lançar uma moeda ao ar”), mas antes pela forma como os Estados projectam e empregam as forças militares ao seu dispôr. Esta nova variável é particularmente interessante, pois pode ser utilizada no estudo dos resultados da guerra, não tendo sido avançada até agora devido à extrema dificuldade em testar de forma sistematizada esta hipótese. Biddle argumenta que é necessário olhar para além das concepções tradicionais de poder militar e ter em consideração o papel da táctica e da doutrina operacional na condução da guerra, naquilo que designa por variável do “moderno sistema de combate” e que procura testar através de 3 estudos de caso (a Operação *Michael* na Segunda Batalha do Somme – entre 21 de Março a 8 de Abril de 1918 – a Operação *Goodwood* na Segunda Guerra Mundial – entre 18 e 20 de Julho de 1944 –, e a Operação *Desert Storm*

---

<sup>1</sup> Para uma análise dos argumentos em favor e contra esta tese leiam-se Michael C. Desch; (2002); “Democracy and Victory: Why Regime Type Hardly Matters”; *International Security* n.º 2; pp. 5-47. David A. Lake; (2003); “Fair Fights? Evaluating Theories of Democracy and Victory”; *International Security* n.º 1; pp. 154-167. Dan Reiter e Allan C. Stam; (2003); “Understanding Victory: Why Political Institutions Matter”; *International Security* n.º 1; pp. 168-169.

<sup>2</sup> Stephen Biddle; (1997); “The Gulf War Debate Redux: Why Skill and Technology Are the Right Answer”; *International Security* n.º 2; pp. 163-174. Este artigo do autor está inserido num simpósio sobre a revolução nos assuntos militares e a Guerra do Golfo do qual são publicados neste número da revista mais três contributos, um sobre a componente terrestre, outro sobre a ligação entre o poder aéreo e terrestre nos conflitos futuros e um terceiro que prospectiva linhas operativas a partir das lições da Guerra do Golfo.

da Guerra do Golfo – entre 17 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 1991), reforçados com uma análise estatística, uma modelação formal e uma simulação (efectuadas nos capítulos 8 e 9).

Na sua opinião, esta variável tende a mitigar os efeitos da tecnologia no campo de batalha que basicamente teve três efeitos desde 1918: incremento continuado do poder de fogo e da letalidade, maior mobilidade e maior alcance, e maior capacidade para observar, comunicar e processar maiores volumes de informação relativos a áreas cada vez maiores (pg. 53). Se as forças militares de um Estado empregarem táticas modernas (que refere como a concentração de fogos, a cobertura, o emprego em profundidade das reservas, a iniciativa ao nível da liderança e a rapidez de movimentos das forças) estas irão obter grandes ganhos territoriais e inflingir perdas consideráveis ao inimigo (veja-se a tabela da pg. 74). Neste contexto, a modernização da força é uma variável importante em termos de eficácia militar, mas a revolução nos assuntos militares não é um factor determinante quando os Estados empregam táticas e doutrinas operacionais capazes de mitigarem os efeitos da tecnologia.

Subjacente a esta análise – ainda que não directamente reconhecido – encontra-se a noção que as autocracias ou Estados com regimes politicamente instáveis não conseguem empregar de forma eficaz as suas forças militares; as primeiras devido a estruturas de comando complexas que não incentivam a iniciativa individual como sucede nas forças armadas de regimes democráticos e os segundos por razões de estabilidade de médio e longo prazo que são indispensáveis, quer ao desenvolvimento, quer à implementação e treino de doutrinas operacionais eficazes por parte da instituição militar.

Para aqueles militares que apreciem o estudo de situações táticas inseridas num contexto histórico, a análise do autor das operações já anteriormente referidas permite deslindar paralelismos entre estas, as quais desafiam a noção tradicional e convencional de primazia das capacidades e da tecnologia no desenlace das batalhas.

O livro tem assim importantes implicações para a estratégia militar em geral. A mais relevante é a de que as capacidades por si não determinam a vitória, mas sim a forma como aquelas são empregues e em que circunstâncias. Biddle rejeita a noção que as futuras tecnologias irão determinar a forma como as guerras serão conduzidas, ao sublinhar que independentemente da evolução tecnológica, tem sido a doutrina operacional de emprego das forças a determinante do sucesso militar, a não ser que no futuro existam sistemas que permitam eliminar por

completo o “nevoeiro da guerra”. Para o autor, as lições extraídas das batalhas passadas continuam a ser fundamentais para uma aprendizagem e aplicação das táticas e estratégias militares e não apenas e só a veneração dos desenvolvimentos tecnológicos de sistemas, equipamentos e armamento. O treino das forças não deve ser subalternizado em detrimento da crença que a tecnologia pode resolver tudo no campo de batalha.

No entanto, da leitura da obra algumas observações correctivas poderão ser avançadas. Primeiro, a designação do argumento como teoria do sistema moderno pode gerar confusão com a teoria dos sistemas mundiais<sup>3</sup> e arrasta consigo a noção que um Estado que não empregue táticas do sistema moderno não é moderno. Esta é uma falácia pois os Estados podem não conseguir empregar eficazmente as suas forças militares devido à estrutura da sua sociedade (autocrática, por exemplo) ou por questões de natureza económica. Talvez a denominação de “teoria do emprego de forças” fosse mais adequada.

Segundo, apesar de Biddle desvalorizá-las relativamente, as capacidades, a tecnologia e o tipo de governo condicionam positiva ou negativamente o desempenho operacional das forças militares, pelo que seria importante inseri-las como variáveis na sua análise matemática e estatística. Ainda que as considere no capítulo dedicado à simulação da sua teoria, opta por não as testar, descartando o efeito cumulativo e sinérgico destas.

Em resumo esta é uma obra de referência que vem argumentar que os Estados vencem as guerras, não por escolherem aquelas que podem vencer, mas sim porque conseguem empregar de forma mais eficaz as suas forças militares (o que por si não é propriamente uma novidade). A grande virtude e novidade é que esta hipótese foi finalmente testada e o rigor metodológico empregue tornam a teoria do professor Stephen Biddle num sucesso quase absoluto e de difícil contra-argumentação. É com base neste referencial que partimos para a análise do desempenho operacional das forças armadas árabes entre 1949 e 1991 efectuada por Kenneth Pollack (2002).

Neste livro baseado na sua tese de doutoramento, o autor traça uma narrativa do desempenho operacional de seis Exércitos árabes (Egipto, Iraque, Jordânia, Líbia, Arábia Saudita e Síria) sendo a primeira análise enciclopédica com um grande rigor factual sobre a forma como as forças militares árabes actuam em situações de combate, isto com base numa leitura extensa de fontes secundárias

---

<sup>3</sup> Avançada por George Modelski e William R. Thompson; (1995); *Leading Sectors and World Powers: The Coevolution of Global Economics and Politics*; New York, Free Press.

(uma pecha), mas que logra materializar-se como um ponto de partida para futuras investigações, visto trazer pouco de novo sob a perspectiva investigacional.

Pollack recorre ao conceito de eficácia militar como a pedra angular do seu estudo, sem no entanto avançar persuasivamente na sua consolidação argumentativa (ao contrário de Biddle). Para o autor ela é a “capacidade de um ramo ou ramos das forças armadas em conjunto de conduzirem operações militares e empregarem o respectivo armamento nessas operações” (pg. 3). No entanto esta é apenas uma parte da definição, uma vez que a eficácia militar, no caso árabe, não se pode centrar exclusivamente na análise do desempenho operacional, e as forças militares desenvolvem missões de segurança interna, de segurança do regime, de socorro em caso de desastres naturais e no âmbito das relações civis-militares, as quais são designadas por alguns analistas de relações por *nation-building*. Ao reduzir os parâmetros da definição, Pollack segue uma conceitualização tipicamente norte-americana, marginalizando uma definição de eficácia, quiçá mais apropriada para o caso árabe, como sendo “a capacidade de as forças armadas fazerem aquilo que os seus governantes necessitam que elas façam”<sup>4</sup>.

Com base na definição de eficácia militar, o autor elenca as seguintes categorias de avaliação da mesma, as quais não deixam de ser igualmente problemáticas: coesão, liderança militar estratégica, liderança táctica, gestão da informação, capacidade técnica e de manuseamento de armamento e equipamento, logística e manutenção, moral, treino, e cobardia. A opção por estas categorias, foi tomada segundo o autor, por serem aquelas que ao longo dos tempos mais têm sido estudadas pelos historiadores militares e por militares (pg. 9) o que induz automaticamente o leitor a pensar que pouco de novo poderá advir da leitura das páginas subsequentes. A perniciosidade da análise de Kenneth Pollack é patente quando refere a cobardia como a mais provável justificação para os fracassos militares árabes, sem no entanto se embrenhar profundamente nas possíveis causas para essa cobardia (por exemplo o deficiente nível de treino das forças militares árabes, o tipo de formação militar profissional, o prestígio ou a ausência dele auferido pela instituição militar nos respectivos países, a relação económica entre a instituição militar e a sociedade, a natureza da pirâmide hierárquica militar, entre outros).

---

<sup>4</sup> Ironicamente, e ainda que as forças armadas árabes tenham e continuem a ter um papel primordial na preservação de regimes autocráticos no Médio Oriente, o que demonstra eficácia, o autor acaba por focar a sua análise na ineficácia operacional árabe na guerra.

Adicionalmente, a categorização de todos os Exércitos analisados como “árabes” é algo redutora, podendo levar o leitor a questionar o que torna “árabes” as forças armadas desses Estados, o que significa o desempenho operacional “árabe” em si e porque é que o Irão ou o Paquistão não foram incluídos, uma vez que a malha de homogeneização cultural adoptada foi tão larga?

Na verdade, Pollack reconhece ainda que indirectamente, que esta “colectivização” do termo árabe foi adoptada por razões de similaridades de desempenho operacional que a maioria dos analistas efectuem (pg. 586), o que consubstancia um “seguidismo” que não abona em favor da sua teoria, a qual é posta ainda mais em causa quando o próprio autor reconhece que não existe um padrão nalgumas das categorias analisadas, nomeadamente na coesão (pg. 553), na liderança militar estratégica (pg. 554) e no moral (pg. 568). Tal padrão só é observado – e é deficiente – ao nível da liderança táctica, da gestão da informação, da operação de armamento e equipamento e da manutenção e apoio logístico (pg. 574), algo que não pode ser etiquetado como algo de especificamente árabe; para tal basta atentarmos nos exemplos existentes no continente africano.

Esta omissão da influência da cultura como uma categoria analítica no seu estudo - pois esta influencia o desempenho operacional das forças armadas que se inserem numa sociedade pautada por valores e normas culturais específicas – constitui assim um ponto fraco na argumentação avançada pelo autor, a qual foi no entanto considerada relevante na sua tese de doutoramento<sup>5</sup>, mas que nesta obra, talvez por razões de natureza editorial foi eliminada, o que enfraquece a consistência da argumentação avançada.

Pollack tem no entanto muito mérito ao identificar os grandes problemas das forças armadas “árabes” em combate, tornando-se necessário explicar o porquê deles existirem (um bom ponto de partida para quem deseje investigar a “*performance* militar árabe”).

Seguindo este racional explanativo abordamos por último uma outra obra centrada no desempenho operacional de um outro Exército, mais concretamente o Exército Popular de Libertação (EPL) aquando da Guerra da Coreia (1950-1953) de acordo com, à altura (1967), inovadora análise efectuada por Alexander George como investigador da RAND, em resultado de um trabalho que durou cerca de 15 anos a concluir (foi iniciado em 1951).

---

<sup>5</sup> Kenneth M. Pollack; (1996); “The Influence of Arab Culture on Arab Military Effectiveness”; PhD Dissertation, Massachusetts Institute of Technology.

Ao contrário de Pollack, George baseia a sua investigação em centenas de entrevistas efectuadas a prisioneiros de guerra chineses bem como a militares norte-americanos que participaram directamente no conflito coreano, para elaborar uma elegante explanação sobre alguns dos particularismos ligados ao desempenho operacional do EPL.

O autor após referir a metodologia empregue nas entrevistas, começa por descrever o modelo militar chinês onde a moral e as relações de camaradagem associadas a um forte doutrinação político aplicado vertical e horizontalmente no EPL, constitui o pilar fundamental de um Exército que se queria igualitário e constituído exclusivamente por “voluntários” (pp. 25-55) <sup>6</sup>.

Nesta estrutura, o papel dos comissários políticos assume uma importância fulcral para a preservação da moral e a manutenção da “linha política adequada” por parte das tropas, pelo que George dedica um capítulo à análise do desempenho destes oficiais ao nível da Companhia, esmiuçando o sistema de auto-crítica implementado e de informação sobre a moral dos soldados, tanto a nível individual como a nível colectivo, até ao escalão pelotão (pp. 86-111). A forma de canalização desta informação para o comando leva-o a investigar o desempenho, em termos de liderança, por parte dos comandantes de secção, pelotão e companhia, tanto sob o prisma dos comandantes como dos subordinados, através do cruzamento das informações obtidas durante as entrevistas, tanto a oficiais, como a soldados do EPL (pp. 112-126).

Omnipresente em todo este processo está o doutrinação político descendente, o qual é explorado até ao limite das suas possibilidades pelos comissários políticos (o que gera atritos com os comandantes militares), especialmente quando as baixas chinesas se começam a fazer sentir de forma bem marcada, associadas não só a questões de défice de apoio logístico ao nível de armamento e equipamento, mas também devido à supremacia aérea norte-americana, ao maior poder de fogo e à maior mobilidade das suas forças, factores estes que conduzem muitos soldados a questionarem – ainda que indirectamente – a primazia conceptual militar de Mao Zedong do “homem sobre a tecnologia” e da valorização da quantidade em prejuízo da qualidade e do treino, isto na melhor tradição de um Exército revolucionário (pp. 132-133 e 168-171).

---

<sup>6</sup> A expressão “voluntariado” era referida por razões de propaganda revolucionária do Partido Comunista Chinês direccionada para outros países, visando constituir a República Popular da China como um dos dois dínamos da revolução marxista-leninista mundial (o outro era a União Soviética). Na verdade, as forças do EPL na Coreia eram constituídas por conscritos.

Quando a erosão do moral se começa a fazer sentir, especialmente a partir do segundo semestre de 1951, os mecanismos de motivação e controlo das tropas são ainda mais reforçados, restringindo-se exponencialmente a transmissão da informação sobre o verdadeiro desempenho operacional das forças chinesas, o que acarreta, contrariamente ao desejado pela liderança militar chinesa, uma menor eficácia destes mecanismos de tentativa de resolução política (com recurso a técnicas de propaganda) de problemas essencialmente operacionais (pp. 190-196).

Esta experiência operacional negativa no confronto com as forças norte-americanas foi particularmente enriquecedora para o EPL, pois Peng Dehuai (comandante dos “Voluntários Populares” Chineses na Coreia) desenvolveu entre 1955 e 1958 um extenso e intenso programa de modernização militar, tendo como referência o modelo soviético, o qual seria efémero, uma vez que o zelo revolucionário de Mao Zedong (através da campanha do Grande Salto em Frente e a cisão sino-soviética, com a inerente crítica ao revisionismo de Nikita Khrushchev) iria pôr fim ao modelo de modernização do Marechal Peng, o qual sofreria uma purga política por parte de Mao, após ter criticado duramente em 1959 os erros do Grande Salto em Frente. “O Partido Comunista Chinês (neste caso Mao) continuaria (e continua) a comandar as armas”.

Como conclusão final e transversal às três obras, pode-se dizer que a sua grande virtude é a possibilidade que conferem ao leitor interessado nesta temática de ser confrontado com diferentes tipologias analíticas sobre a aplicação operacional do poder militar por parte dos Estados: uma estatística, outra “tecno-etnocêntrica” e outra “ideológico-militar”, as quais constituem uma base de partida para outros investigadores que desejem efectuar mais e diferentes estudos de caso.